

# UMA SÓ ORDEM RELIGIOSA, DUAS COROAS: OS COLÉGIOS DA COMPANHIA DE JESUS DO RIO DE JANEIRO E DE CÓRDOBA (SÉCULOS XVI-XVIII)

*One religious order, two crowns: the colleges of the Society of Jesus  
in Rio de Janeiro and Cordoba (XVI -XVIII centuries)*

**Eliane Cristina Deckmann Fleck\***

**Marcia Sueli Amantino\*\***

## RESUMO



Neste artigo, reconstituímos, inicialmente, as origens e as funções desempenhadas por dois colégios da Companhia de Jesus na América: o do Rio de Janeiro e o de Córdoba –, destacando, especialmente, sua importância enquanto centros de formação e de dispersão do projeto missionário por meio dos inventários produzidos nos momentos de expulsão da ordem em 1759 (América portuguesa) e em 1767 (América hispânica). Os acervos de suas bibliotecas e boticas constataam que eram centros de difusão e produção de conhecimentos, assim como, suas fazendas e *haciendas* demonstram a importância econômica para a sustentação do projeto missionário. A despeito de estes colégios terem sido instalados em regiões sob a administração de soberanos rivais e em conjunturas bastante distintas – separadas por mais de cinquenta anos –, as motivações para sua criação foram as mesmas, assim como as funções que lhes foram atribuídas e que vieram a desempenhar.

*Palavras-chave: Companhia de Jesus. Colégios. Fazendas. Boticas. Bibliotecas. Inventários.*

\* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da graduação e do programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS.

\*\*Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do programa de pós-graduação da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa coletivo intitulado “Colégios e fazendas da Companhia de Jesus: um estudo comparado entre o Colégio do Rio de Janeiro e o Colégio de Córdoba - século XVIII” financiado pela Fundação de amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

**ABSTRACT**

In this article, we initially reconstituted, the sources and the functions performed by two colleges of the Society of Jesus in America: Rio de Janeiro and Córdoba colleges –, highlighting especially its importance while training centers and dispersion of the missionary project through the inventories produced in the times of the Order expulsion in 1759 (Portuguese America) and in 1767 (Hispanic America). The collections of their libraries and *boticas* realize they were centers of knowledge production and dissemination, as well as, their farms and *haciendas* demonstrate the economic importance for sustaining the missionary project. Despite these colleges have been installed in areas under the administration of sovereigns rivals and in very different contexts – separated by more than fifty years –, the motivations for its creation were the same, as well as the functions assigned to them and who came to play.

**Keywords:** *Society of Jesus. Colleges. Farms. Pharmacies. Libraries. Inventories.*

## ***Introdução***

Poucos anos depois de ter sido criada em 1540, a Companhia de Jesus já havia enviado seus religiosos para diferentes partes do império luso. Chegaram no Oriente em 1542 e na América portuguesa em 1549. Em ambos os locais, acompanhavam os governadores designados pelo rei para, efetivamente, colonizar aquelas regiões ultramarinas (MARTINS; ANZAI, 2012, p.12). Bastante tardio foi o envio dos primeiros jesuítas para as terras que pertenciam à Coroa espanhola. Somente no ano de 1566, o primeiro grupo chegou “às Índias Ocidentais” e encontrou uma situação mais organizada em termos de ocupação por outras ordens religiosas. Tiveram, então, que se adaptar, negociar e buscar novas regiões e povos para evangelizar (BURRIEZA SANCHEZ, 2007, p. 20).

A Companhia de Jesus foi um dos braços da expansão ultramarina ibérica e pregava em nome de Deus e dos reis católicos. Entretanto, em alguns momentos, lançavam-se em áreas que ainda não haviam sido controladas e, portanto, viviam sem a proteção militar e administrativa dos impérios ibéricos. De qualquer maneira, esses religiosos atuaram como agentes intermediadores entre as culturas europeias e nativas, mantendo, além da vontade de catequizar o maior número possível de almas, seus próprios valores enquanto membros de uma ordem religiosa muito específica e suas concepções culturais desenvolvidas em seus lugares de origem e formação.

No caso português, a simbiose entre os jesuítas e o império pode ser percebida nas trocas de favores entre eles e os reis da dinastia de Avis. De acordo com Isabel dos Guimarães Sá, “o império português não poderia ter passado sem os jesuítas quase desde seu aparecimento, em 1540, até praticamente ao início do século XVIII” (SÁ, 2010, p. 275). Mas a situação da ordem na Espanha também não era muito diferente. Os inicianos, quase sempre, mantiveram uma relação sistemática com o poder secular, colocando seus homens

muito próximos a pessoas essenciais que ocupavam postos de comandos. Tornaram-se, assim, confessores e conselheiros de reis, de governadores e outras autoridades, razão pela qual, muitas vezes, inspiraram receios e desconfianças (GARAVAGLIA, 1987, p. 114; SÁ, 2010, p. 274).

Os jesuítas, ao reunirem as populações nativas junto as quais atuavam, faziam com que as mesmas tornassem-se mais coesas e, portanto, mais controláveis pela coroa portuguesa. O conjunto desses novos cristãos consolidava o poder do império, na medida em que, a aceitação do cristianismo fazia com que as populações convertidas adotassem o trabalho, a sedentarização nos aldeamentos/reduções e a consequente inserção na produção voltada para a exportação dos gêneros agrícolas ou extrativistas.

Ainda que as epístolas, poderosos veículos de propaganda da própria ordem, trocadas entre os religiosos localizados em pontos distantes do mundo com os Provinciais e o Padre Geral e, também, com os reis das coroas ibéricas tenham sido essenciais aos projetos da Companhia de Jesus, elas não foram as únicas ferramentas utilizadas para levar as novas da missão às diferentes partes do Império português (LONDONO, 2012). Os religiosos de Santo Inácio circularam por todas as regiões em que as monarquias católicas estiveram presentes, levando consigo ideias e propostas específicas de catequese e de administração, que viriam a ser adaptadas às realidades locais. De acordo com Serge Gruzinski, estes religiosos atuaram em praticamente todo o mundo conhecido e controlado pelos reis católicos, desenvolvendo uma “rede internacional”, conseguindo, assim, se inserir, quase sempre, nas estruturas de poder metropolitano e local e, também, em suas redes clientelares, devido às suas características supranacionais (GRUZINSKI, 2001, p. 180).

Este caráter internacional da ordem é essencial para o entendimento de muitas de suas ações ou posturas políticas, econômicas e religiosas. Apesar de estarem sob o domínio desta ou daquela coroa, havia também entre os religiosos da Companhia de Jesus a convicção de que eram homens com um projeto cristão que estava acima destes interesses. O fato de pertencerem à Companhia de Jesus fazia daqueles homens oriundos de variadas partes da Europa, elementos comprometidos com o *modo de proceder* próprio da ordem. Dito de outra forma: havia uma série de atitudes e comportamentos que eram esperados e que precisavam ser seguidos por todos os religiosos da ordem. As Américas, também conhecidas como *Índias*, eram espaços privilegiados para um missionário jesuíta comprometido com sua salvação e a dos demais. Nelas, estaria em contato permanente com povos tidos como selvagens, que desconheciam a palavra sagrada e que precisavam de alguém que os orientassem e os tornassem civilizados por meio do conhecimento (BURRIEZA SANCHEZ, 2007, p.178).

Durante o período da União Ibérica (1580-1640), tanto os religiosos da Companhia, quanto as populações das áreas dos impérios português e espanhol na América puderam se movimentar com maior liberdade nestes territórios, incrementando os contatos e as

relações comerciais, dos quais resultaram alguns conflitos envolvendo determinados grupos indígenas, em decorrência da expansão territorial. Com a Restauração portuguesa em 1640, as coroas voltaram a atuar separadamente, mas a Companhia manteve seu corpo minimamente unido – o que não significa que inexistissem interesses conflitantes no interior da ordem – e esta suposta unidade viria a ser usada anos depois para a execução da ordem de expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759 e em 1767 daqueles que a Espanha mantinha na América.

Os religiosos da Companhia de Jesus foram, sem dúvida, personagens de destaque no intrincado sistema montado pelas metrópoles ibéricas nas Américas. Para o entendimento de suas atuações não podemos circunscrevê-los aos limites, nem do previsto em seus documentos fundacionais, nem das fronteiras territoriais atuais dos países latino-americanos que conformavam os domínios dos impérios coloniais ibéricos. As trocas de ideias, instrumentos, livros, remédios e, também, de gentes e de mercadorias – legais ou não – fizeram parte das atividades que esses homens desempenharam em diferentes momentos e regiões do continente americano e só podemos ter a dimensão mais aproximada de suas atividades quando analisamos a sua presença nessa perspectiva mais ampla.

Para se compreender a rede internacional que os membros da Companhia de Jesus construíram é primordial identificá-los, acima de tudo, como indivíduos que tinham consciência de que faziam parte de um corpo, cuja missão maior era levar a salvação às diferentes partes do globo, obedecendo a um projeto muito maior do que os propósitos e as limitações que lhes foram impostas pelas diferentes monarquias européias.

Todavia, o poder dos reis e dos que exerciam cargos administrativos no Ultramar eram quase inquestionáveis, e para poder atuar nas possessões coloniais era importante aceitá-los e conciliar os interesses da ordem com os das monarquias que representavam. Rapidamente, a Companhia de Jesus percebeu que a melhor forma para não ficar tão vulnerável aos eventos políticos e às decisões tomadas nas cortes européias era poder usufruir de autonomia econômica. E, para alcançá-la, os membros da ordem transformaram-se em senhores de imóveis, terras e de cativos. Destinaram seu conhecimento à produção de variados artigos agrícolas, minerais e extrativistas, mantendo um intrincado sistema de trocas e vendas entre seus colégios e praças mercantis espalhadas pelos quatro cantos do mundo.

Mas, se os colégios da Companhia de Jesus na América concentraram em torno de si uma série de outras atividades, como atestam as fazendas que a Companhia manteve na América portuguesa e espanhola, eles também atuaram como espaços de formação dos quadros da ordem, nos quais houve uma intensa produção e circulação de conhecimentos, como atestam as boticas e as bibliotecas que neles foram instaladas.<sup>1</sup> São estes dois aspectos

---

<sup>1</sup> Sabe-se que a primeira botica no território do Rio da Prata foi instalada em Córdoba na terceira década do século XVII, pelos jesuítas, prevendo o atendimento de enfermos “con propósitos de caridad”. Acredita-se

tão peculiares dos colégios jesuíticos instalados na América que pretendemos destacar na continuidade, levando em conta a análise da documentação produzida pelos próprios religiosos e enviada aos reis ibéricos, aos seus companheiros em outras partes do mundo e aos seus superiores em Roma, bem como a análise dos inventários dos bens da ordem, realizados logo após a decretação de sua expulsão dos domínios ibéricos coloniais na segunda metade do século XVIII.

### *Os colégios jesuíticos na América, suas origens e suas funções*

Os colégios jesuíticos instalados na América portuguesa nasceram, segundo Serafim Leite, sob os auspícios dos subsídios régios concedidos pelos reis portugueses para “sustentarem e formarem a quem no futuro os substituisse na catequese dos naturais da terra” (LEITE, 2004, v. 7, p. 142).

Cabe destacar que, desde a sua criação, a ordem preocupou-se em definir o papel que os colégios deveriam assumir, como se constata no proêmio da quarta parte das Constituições da Companhia de Jesus (1997, p. 117), que os define como espaços nos quais os candidatos serão instruídos quanto ao “modo de utilizá-la [a instrução] para ajudar a melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e Senhor”, e, assim, com os “conhecimentos doutrinários necessários possam instruir-se neles e nos outros meios de ajudar as almas”.

Desde logo, a Companhia estabeleceu que a função prioritária dos colégios seria a formação de jovens e de futuros jesuítas, mas, com o passar dos anos, eles tornaram-se também “centros administrativos da organização jesuítica”, aos quais estavam “subordinadas as casas, as reduções, enfim todas as atividades dos jesuítas” (COSTA, 2007, p. 95).

Contando com o incentivo e o apoio da Coroa portuguesa, até o fim do século XVI, os jesuítas já haviam instalado quatro colégios na América portuguesa, o da Bahia, o de São Paulo, o do Rio de Janeiro e o de Pernambuco. À medida que aumentavam as atividades da ordem nas terras americanas, os colégios assumiram para si a função de também serem centros de administração de todas as atividades desenvolvidas, inclusive, as que envolviam questões econômicas e, muitas vezes, políticas.

---

que, em Buenos Aires, somente em 1680, tenha sido aberta a primeira botica pública, que passou a fornecer águas simples e espirituosas, xaropes, infusões, azeites, unguentos e emplastos, bálsamos, tinturas, sais, pílulas e drogas tóxicas. De acordo com Furlong, o Padre Altamira Santafesino “fue el primero en montar y organizar en Candelaria, la más importante de las reducciones, una botica que sirviera para todas ellas” (FURLONG, 1962, p. 604). Quando em 1767, os jesuítas foram expulsos, “el establecimiento dejó de funcionar hasta 1881, en que la Junta de Temporalidades – encargada de la administración de los bienes de dichos religiosos – la arrendo” (FURLONG, 1947, p. 63).

Para manter a estrutura da ordem funcionando a contento, ou seja, para assegurar o projeto catequético junto às populações indígenas, era necessário que a Companhia adotasse algumas formas de inserção na dinâmica do sistema colonial, o que implicou, de acordo com Leandro Catão, que “a Companhia de Jesus [fosse] uma instituição que possuía ramificações econômicas em todo o mundo católico” (CATÃO, 2005). Isto significa dizer que a ordem atuava no comércio das especiarias no Oriente e no Estado do Grão Pará e Maranhão, no comércio de africanos e de marfim na África e da prata de Potosi, além da comercialização de produtos e das rendas que ela obtinha através de aluguéis ou arrendamentos de suas propriedades urbanas e rurais em praticamente todos os continentes.

O primeiro colégio jesuítico em terras da América lusa foi o da Bahia, iniciado por volta do ano de 1550, sob a denominação de Colégio dos Meninos de Jesus, pois recebeu órfãos de Lisboa, aos quais se juntaram meninos índios. Estes meninos recebiam o curso regular de ler, escrever e de gramática, e os primeiros ensinamentos de latim. Em 1554, o rei D. João III recomendou ao então Governador Geral, Duarte da Costa, a criação de um Colégio em Salvador, o que implicou na ampliação da estrutura original. Em 1564, foi determinado um subsídio anual destinado a formar outros jesuítas, razão pela qual passou a ser chamado de *Collegium Nostrorum*, Colégio dos Nossos, da Companhia de Jesus (FRANZEN, 2002, p. 69-91). A partir de 1572, o Colégio da Bahia passou a funcionar aos moldes da estrutura do Real Colégio de Artes de Coimbra. Apesar de nunca ter sido elevado à condição de Universidade, na prática, o Colégio da Bahia funcionava como tal, pois possuía quatro faculdades superiores e concedia graus acadêmicos.

Na capitania do Rio de Janeiro, os jesuítas aportaram durante as tentativas de expulsão dos franceses e de pacificação dos índios Tamoio, na segunda metade do século XVI. No alto do Morro do Castelo, para onde o Governador Geral Mem de Sá havia transferido a povoação, os jesuítas estabeleceram, em 1567, um colégio. Auxiliados pelos indígenas de duas aldeias – a de São Lourenço e a de São Barnabé – os padres ergueram o prédio de pedra e cal, que substituiria as primeiras construções de taipa e palha. Em 1583, em visita ao Colégio do Rio de Janeiro – no qual “residem de ordinário vinte e oito padres e irmãos, afora a gente que é muita e para todos há” –, o padre Fernão Cardim não escondeu a sua admiração, comparando-o ao Colégio de Coimbra. (CARDIM, 1980, p. 25).

Nos anos que se seguiram à instalação do colégio no Rio de Janeiro – voltado, inicialmente, para o ensino das primeiras letras –, os jesuítas obtiveram doações de terras, tornando-se, no século seguinte, responsáveis pelos engenhos de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo e pelas fazendas da Papucaia de Macacu, do Saco de São Francisco Xavier, de Santa Cruz, de Santo Ignácio dos Campos Novos, de Sant’Anna de Macaé e dos Campos de Goitacazes. Entre 1567 e 1616, o Colégio do Rio de Janeiro adquiriu mais treze terras, sendo seis por compras diretas e as restantes por doações particulares ou de sesmarias (BIBLIOTECA NACIONAL, 1968, p. 58-62). Estas fazendas, além de congregarem

centenas de escravos que produziam para abastecer os aldeamentos e reduções, as cidades próximas, ou mesmo outras localidades, eram responsáveis pela geração de lucros para os colégios aos quais estavam ligados e para a Companhia de Jesus, que, por sua vez, garantiam a ampliação do controle de mão de obra e de terras.

Estas fazendas contavam, ainda, com ferrarias, carpintarias e olarias, espaços em que trabalhavam os escravos mais habilidosos e mais caros dos plantéis. Para os que ficavam doentes, existiam as enfermarias ou hospitais, que contavam com boticas equipadas com remédios e unguentos, sendo que os livros que ensinavam sobre sua utilização integravam os acervos das bibliotecas instaladas nas casas dos padres, as sedes das fazendas. Próximo a elas, encontrava-se a igreja erguida e consagrada ao protetor da fazenda, as senzalas coletivas e as casas separadas para as famílias dos escravos, que possuíam suas próprias roças e gado, que podiam ser vendidos nas feiras.

Desde o século XVI, logo depois de chegarem a Salvador, na Bahia, o padre Nóbrega percebeu que, para levar adiante o trabalho da catequese, era necessário o envolvimento de pessoas capazes de realizar as tarefas cotidianas. Numa terra onde o trabalho braçal era feito por escravos, quase sempre nativos, a solução encontrada pelo religioso foi solicitar ao rei que enviasse alguns negros africanos por que “escravos da terra [índios] não nos parece bem tê-los” (LEITE, 2004, v. 2, p. 347). Iniciava-se assim, um progressivo acúmulo de cativos por parte da ordem, fazendo com que, por exemplo, as fazendas do colégio do Rio de Janeiro, no momento do sequestro de seus bens, possuíssem juntas mais de 3.000 escravos.

Como já observado, na América espanhola, os missionários da Companhia de Jesus ingressaram dezanove anos depois de terem chegado a Salvador, na Bahia. Se consideramos, especificamente, a entrada de religiosos da Companhia em *Córdoba de la Nueva Andalucia*, fundada em 1573, pelo espanhol Jerônimo Luiz de Cabrera, então Vice-rei do Peru e governador do Tucuman, esta se deu somente em 1587, sendo que a primeira casa da ordem foi erguida doze anos depois em terreno cedido pelo cabildo da cidade. O Superior da ordem, o padre Romero, escolheu Córdoba para sediar o colégio da Companhia de Jesus, em virtude de uma série de vantagens frente as outras regiões que, devido à extrema pobreza de seus campos, elevadas temperaturas ou pelas enchentes dos rios, comprometiam o avanço do projeto catequético jesuítico. Posicionada em lugar estratégico, na confluência de caminhos que ligavam tanto a Buenos Aires, quanto à região de Cuyo, ao Chile e, principalmente, ao Alto Peru, onde se localizava a cidade mineradora de Potosí, Córdoba foi por isso se transformando, progressivamente, em um “importante centro de referência económica, social y cultural de la región tucumana” (PEÑA, 1997, p. 63).

Em 1599, a ermida construída pelos moradores passaria a ser propriedade da Companhia de Jesus, que buscou “medios para mejorar las construcciones”, já que a capela “no tenía suficiente espacio para contener los fieles” e sua forma interior “no permitía la aplicación de adornos que faltaban en una iglesia” (GRACIA, 2006, p. 123-124). Neste mesmo

local – “la manzana de la ermita” –, anos mais tarde, seriam construídos a igreja e o colégio, que, por decisão do Padre Provincial Diego de Torres Bollo, passou, em 1610, a denominar-se Colégio Máximo da Companhia de Jesus, que, em 1621, por autorização do Papa Gregório XV e do Rei espanhol Felipe III, foi elevado à Universidade de Córdoba, oferecendo cursos de Artes e Teologia.

Neste mesmo período, a Companhia de Jesus passou a ampliar sua atuação junto às populações indígenas, o que pode ser atestado no número de reduções que foram instaladas, tais como as de São Miguel, São Cosme e Damião, São José, Santo Tomás, dos Apóstolos, São Carlos, Santos Mártires, Candelária, Santo Inácio e de Corpus. Enquanto alguns padres dedicavam-se às missões junto aos indígenas, no colégio de Córdoba permaneciam os noviços, os estudantes, os enfermos e um reduzido número de padres que encarregavam-se de ensinar e de ler –“según costumbre de la Compañía”– e confirmando a vasta rede de comunicação entre os missionários – as notícias sobre as conquistas espirituais que acabavam com frequência em martírio (GRACIA, 2006, p. 15-16). Se em 1609, o Provincial Diego de Torres referiu-se à Córdoba como “el corazón de las três gobernaciones”, em 1644, o Provincial Francisco Lupercio de Zurbano descreveria o colégio jesuítico de Córdoba como “el primero y mas frecuentado de nuestra provincia y es la Atenas de nuestros escolares”, o que parece confirmar a importante – e estratégica – função desempenhada pelo colégio instalado na “nueva Andalucía”.

Mas o clima e o solo da região de Córdoba favoreceram também a instalação de fazendas voltadas para a criação de gado, posteriormente substituída pela de mulas, e para o cultivo de produtos variados. Somado a isto, desde 1588, Córdoba já era um centro de redistribuição também de escravos, através do comércio legal e da clandestinidade, vindos do Brasil e que entravam pelo porto de Buenos Aires, restaurado em 1580 pelos interesses dos comerciantes de Assunção, que visavam atingir o mercado de Potosi (SCHWARTZ; LOCKHART, 2010, p. 318).

É neste contexto de crescimento econômico de Córdoba, da intensificação da busca por mercados, principalmente com Potosi, e uma dependência dos escravos africanos que entravam pelo porto de Buenos Aires, que os jesuítas instituíram suas estâncias na cidade. As três primeiras – Caroya, Jesus María e Santa Catalina – foram, respectivamente, estabelecidas nos anos de 1616, 1618 e 1622; já Alta Gracia, em 1648, e Candelária, em 1683.

Percebe-se, através das datas de sua instalação, que as fazendas jesuíticas do Rio de Janeiro são mais antigas do que as que foram estabelecidas em Córdoba, e isto determinará diferenças em suas situações econômicas e na organização de sua mão de obra escrava.

Tanto na América espanhola, quanto na portuguesa, as justificativas dadas pelos jesuítas para a obtenção de terras, seja por intermédio de doações governamentais ou de particulares, de compras ou permutas, foram as mesmas: elas eram necessárias para a



geração de riquezas que viabilizariam as atividades de ensino dos colégios, as residências situadas nas cidades e a manutenção dos indígenas nas reduções/aldeamentos que se encontravam nas áreas longínquas ou de fronteiras ou mesmo nas proximidades das cidades. Neste último caso, além de os índios servirem como seus protetores, em caso de ataques inimigos, eles eram úteis também como mão de obra para os serviços públicos e/ou de particulares.

Assim, do sucesso econômico das estâncias, engenhos e fazendas dependia a continuidade da evangelização do Novo Mundo e, para isto, estas estruturas agrárias precisavam ser autônomas e com o mínimo de dependência do mercado. Ainda que algumas fazendas, engenhos ou estâncias tenham se especializado em um determinado produto, algumas mantiveram uma gama variada de investimentos, como foram os casos da estância de Santa Catalina, a fazenda de Santa Cruz e a de Campos dos Goitacazes. As três criavam espécies variadas de gados, mas mantinham também as plantações de gêneros alimentícios, hortas e árvores frutíferas. No caso das duas fazendas do Rio de Janeiro, elas mantinham, ainda, uma importante plantação de cana de açúcar. Toda esta produção servia para o consumo interno, o abastecimento das cidades e para o envio para outros colégios da ordem em troca de outras mercadorias (ALBORES, MAYO, SWEENEY, 1994, p. 17-36; AMANTINO, COUTO, 2013).

As fazendas e engenhos da América portuguesa e as estâncias da América espanhola foram sempre estabelecidas em pontos estratégicos: perto dos aldeamentos, nas principais rotas comerciais e, quando possível, próximas a portos ou rios. Os principais objetivos destas escolhas eram manter a mão de obra indígena por perto em caso de necessidade de trabalhadores e ter, à disposição, rotas para escoar sua variada produção. Segundo Josefina Pianna, os estabelecimentos jesuíticos formariam um “sistema”, onde circulariam “productos y hombres” e as estâncias estariam “estrechamente asociadas a las rutas y a los tráficos que, desde fines del siglo XVI, se van dibujando en el territorio” (PIANNA, 2010, p. 113).

Como se pode constatar, a circulação de produtos, animais e homens foi essencial para a manutenção das variadas estruturas inicianas. As trocas realizadas entre elas permitiram não só o auto-abastecimento da ordem, mas também a criação de um excedente que propiciou capital para a compra de produtos, terras e mão de obra de que necessitavam. É importante frisar que estas trocas e contatos entre as pessoas se davam não apenas entre as estâncias e fazendas, mas também entre elas e os aldeamentos indígenas, favorecendo, inclusive, relacionamentos entre os escravos negros e os índios dos quais resultou a geração de uma prole mestiça.

Ao analisar os dados fornecidos por Ângela Maria Fernandez para a estância jesuítica de Alta Gracia, de Córdoba, pode-se perceber que entre esta estrutura e as que os padres possuíam na capitania do Rio de Janeiro, havia várias semelhanças, as quais permitem

algumas inferências. As terras da estância haviam sido doadas à ordem jesuítica por Dom Alonso Nieto, após ter ficado viúvo pela segunda vez. Devido a sua elevada idade – 70 anos –, Nieto não conseguiu realizar seu primeiro intento, que era o de ingressar na Companhia, decidindo, então, oferecer sua fortuna para os trabalhos da fé. Consta que, após ter feito a doação, o viúvo foi aceito, mas apenas como irmão coadjutor, ou seja, nunca se tornaria um jesuíta de 4º voto, dedicando-se, portanto, apenas a tarefas consideradas menos importantes. Em 1646, os padres tomaram posse das terras, dos 26 cativos, das 500 vacas, 15 bois e 170 éguas avaliados em 26.743 pesos. Alguns anos mais tarde, conseguiram comprar as terras dos Carmelitas e outras que eram limítrofes às suas, formando um complexo sistema agrário (FERNANDEZ, 1989, p. 53).

Situação parecida ocorreu na capitania do Rio de Janeiro. Em 1589, a Marquesa Ferreira, viúva de Cristóvão Monteiro, sesmeiro de parte das terras que viriam mais tarde a formar a fazenda de Santa Cruz, estava bastante doente e assinou uma escritura, na qual doava metade de suas terras aos padres da Companhia de Jesus. A outra metade pertencia a sua filha, que, em 1590, dias após a morte da mãe, aceitou trocar sua parte por outras terras que também pertenciam ao colégio do Rio de Janeiro (BIBLIOTECA NACIONAL, 1968, p. 189). A partir daí, os padres começaram sucessivas compras ou permutas na região. Em julho de 1616, os herdeiros de Manoel Veloso de Espinha venderam parte de suas terras; em 1654, foi a vez de Tomé Correia de Alvarenga e, dois anos depois, Francisco Frazão de Souza também vendeu uma sesmaria (ABREU, 2010, p. 279). Estava formada, assim, a gigantesca fazenda de 10 léguas em quadra, ou seja, algo em torno de “dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e cento e vinte metros quadrados” (ENGEMANN; AMANTINO, 2013).

O que teria levado os jesuítas a ter tanto interesse na posse e exploração deste gigantesco complexo de terras? Uma possibilidade pode ser a sua localização estratégica. Pela fazenda, atingia-se facilmente a capitania de São Vicente e seu litoral estava no caminho da rota que escoava a prata vinda de Buenos Aires (FRIDMAN, 1999, p. 186). Os peruleiros, em suas embarcações que traziam prata de regiões como Potosi, paravam em terras que compunham a fazenda para comprar gado, efetuando o pagamento com a prata. Por mais que as autoridades tentassem controlar este comércio, as distâncias tornavam esse objetivo bastante difícil. Além disto, a partir das descobertas de ouro nas Minas Gerais, as terras da fazenda também se apresentaram como vias de entrada e de saída de homens e, mais importante, de ouro contrabandeado (FREITAS, 1985, p. 143).

Nos dois casos analisados, a doação inicial de uma parcela de terra para os religiosos foi o início de um processo posterior de compras com o objetivo claro de aumentar as extensões das propriedades, obtendo acesso à água abundante, terras para pastos ou plantações e riquezas extrativistas.

O século XVIII foi o momento áureo do poder econômico dos jesuítas nas Américas e isto pode ser observado na quantidade de escravos que mantinham em suas propriedades.

Na segunda metade do século, a Companhia de Jesus era a instituição que possuía o maior número de escravos no continente americano (ALDEN, 1996, p. 525). As propriedades da Companhia na Província Jesuítica do Paraguai possuíam em torno de 3.500 escravos (MELEAN, 2012, p. 31). Analisando apenas os dados referentes à Governação do Tucuman, Jorge Melean identificou um total de 2.914 escravos listados nos inventários dos sequestros dos bens dos jesuítas, sendo que cerca de 67,50% de todos estes escravos estavam sob a administração do colégio de Córdoba (MELEAN, 2012, p. 31).

A Província Jesuítica do Brasil possuía, em 1757, portanto, dois anos antes da expulsão dos padres da América portuguesa, 5.933 escravos, distribuídos entre os colégios de São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Concretamente, em torno de 56,34% de todos os escravos da Companhia de Jesus na América portuguesa, sem contar os escravos que trabalhavam nas propriedades no Estado do Grão Pará e Maranhão, pertencia ao colégio do Rio de Janeiro.

Somando os 1.967 escravos que o colégio de Córdoba possuía com os 3.343 pertencentes ao colégio do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que a Companhia de Jesus era não só uma das maiores proprietárias de cativos na América, mas também que grande parte da geração de riquezas da ordem passava por estas duas cidades, uma vez que ambas estavam entre as mais importantes do Império português e do espanhol.

**Tabela 1** - Escravos dos jesuítas distribuídos por fazendas e ou engenhos, Rio de Janeiro, 1759.

<b>Propriedade</b>	<b>Total de escravos</b>
Colégio	41
Engenho Velho	285
São Cristóvão	329
Engenho Novo	319
Papucaia	317
Santa Cruz	1.016
São Francisco Xavier	54
Campos dos Goitacazes	681
Santana de Macaé	111
<b>Totais</b>	<b>3.343</b>

Fonte: Catálogos breves e trienais; Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho, de São Cristóvão, da Fazenda de Santa Cruz; Auto de inventário da fazenda de São Cristóvão de 1759 e Auto de sequestro na Fazenda de São Cristóvão e terras dela pertencentes em 1759.

Utilizando os registros efetuados no momento dos sequestros das estâncias, foi possível elaborar a tabela abaixo que dá conta do número de escravos que os padres da Companhia mantinham em Córdoba e como eles estavam distribuídos pelas propriedades inicianas

(TANODI, 2011).

**Tabela 2 - População escrava dos jesuítas distribuída pelas principais propriedades, Córdoba, 1767.**

<b>Propriedades</b>	<b>Escravos</b>
Colégio Máximo	323
Colégio de Monserrate	88
San Ignacio de Calamuchita	214
Caroya	166
Santa Catalina	442
Jesus Maria	273
Alta Gracia	278
Candelária	183
<b>Total</b>	<b>1.967</b>

Fonte: Tanodi (2011).

Ainda que a diferença entre o número de escravos variasse bastante entre as propriedades jesuíticas, tanto na capitania do Rio de Janeiro, quanto em Córdoba, pode-se, apenas para termos uma ideia do número de escravos administrados pelos jesuítas, identificar qual era a média de escravos por fazenda. Em Córdoba, esta média ficou em torno de 245 escravos por propriedade, enquanto que no Rio de Janeiro, a média foi de 371 escravos.

Com relação ao padrão sexual dos escravos que viviam nos colégios, fazendas e estâncias jesuíticas da América portuguesa e espanhola, praticamente, não há diferenças entre os dados coletados. Para as estruturas instaladas na capitania do Rio de Janeiro, com exceção do colégio, onde observa-se a preferência por escravos homens, talvez devido à proximidade que acabavam tendo com os padres, tanto nas fazendas, quanto nos engenhos constatou-se uma distribuição entre o número de homens e os de mulheres bastante equilibrado. A tabela abaixo permite identificar este equilíbrio.

**Tabela 3 - Divisão sexual dos escravos dos inicianos, Rio de Janeiro, 1759.**

<b>Propriedade</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Indeterm.</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Colégio	40	97.6	1	2.4	-	-	41
Engenho Velho	130	48.7	134	50.2	3	1.1	267
São Cristóvão	154	48.6	163	51.4	-	-	317
Engenho Novo	111	48.5	116	50.6	2	0.9	229
Papucaia	157	50.2	156	49.8	-	-	313
Santa Cruz	516	50.8	500	49.2	-	-	1.016
São Francisco Xavier	31	57.4	23	42.6	-	-	54
<b>Totais</b>	<b>1.139</b>	<b>50.9</b>	<b>1.093</b>	<b>48.9</b>	<b>5</b>	<b>0.2</b>	<b>2.237</b>

Fontes: Catálogos breves e trienais; Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho, de São Cristóvão, da Fazenda de Santa Cruz; Auto de inventário da fazenda de São Cristóvão de 1759 e Auto de sequestro na Fazenda de São Cristóvão e terras dela pertencentes em 1759.

A tabela a seguir, traz informações sobre a população escrava administrada pelos jesuítas em Córdoba.

**Tabela 4 - Divisão sexual da população escrava dos jesuítas distribuída pelas principais propriedades, Córdoba, 1767.**

Propriedades	Homens	%	Mulheres	%	Total
Colégio Máximo	156	48.30	167	51.70	323
Colégio de Monserrat	57	64.77	31	35.23	88
San Ignacio de Calamuchita	95	44.39	119	55.61	214
Caroya	81	48.80	85	51.20	166
Santa Catalina	226	51.13	216	48.87	442
Jesus Maria	135	49.45	138	50.55	273
Alta Gracia	127	45.68	151	54.32	278
Candelária	91	49.73	92	50.27	183
<b>Total</b>	<b>968</b>		<b>999</b>		<b>1.967</b>

Fonte: Tanodi (2011).

Apenas no colégio de Monserrat, o número de homens prevaleceu sobre o das mulheres, havendo, de uma maneira geral, certo equilíbrio sexual nas propriedades jesuíticas de Córdoba. Mesmo apresentando algumas pequenas diferenças entre os números de homens e de mulheres escravas em Córdoba e no Rio de Janeiro, os cativos dos jesuítas viviam, em sua maioria, organizados em famílias segundo os preceitos cristãos.

Uma gama variada de fontes, tais como documentos produzidos pelos padres para seus Superiores, sermões, registros de casamentos, aponta para estas práticas de organizações familiares. Todavia, em alguns inventários realizados nas propriedades da ordem em Córdoba há uma característica que impede identificar claramente estas famílias. A documentação sugere a existência delas, mas, em vários momentos, a informação nos pareceu duvidosa, porque, ao que parece, misturaram as mulheres com os filhos. Explicando melhor: após o nome de um homem aparece quase sempre o nome de uma mulher seguida da expressão “de”, o que pode nos levar a imaginar tratar-se de suas companheiras. Entretanto, a situação se complica, porque, às vezes, após o nome do homem surge o de outra pessoa do sexo masculino (provavelmente, seu filho) e, desta forma, não há como saber se os nomes femininos que aparecem são efetivamente de suas mulheres ou de suas filhas. Em algumas estâncias, o inventariante lançou apenas as listas dos homens adultos, seguidos dos meninos e, depois, das mulheres adultas, seguidas das meninas.

De qualquer forma, no Colégio Máximo de Córdoba, no de Monserrat, na estância da Candelária e na de Alta Gracia foram relacionadas as quantidades de pessoas casadas,

separadas por sexo. Assim, por meio destas quatro estruturas pode-se identificar os casos de matrimônios e ou das pessoas que, no passado, haviam formado famílias (viúvos (as)). Como nos interessa, neste momento, identificar a proporção dos casados no conjunto da população de cada propriedade, optou-se por não separá-los sexualmente.

**Tabela 5- Condição social da população escrava dividida por propriedades inacianas, Córdoba 1767.**

Propriedade	Casados	%	Solteiros em idade de casar	%	Viúvas	%	Jovens e/ou crianças	%	Total
Colégio	148	45.8	4	1.2	16	5.0	155	48.0	323
Colégio Monserrat	35	39.8	6	6.8	-	-	47	53.4	88
Candelária	85	46.5	-	-	-	-	98	53.5	183
Alta Gracia	133	47.8	43	15.5	-	-	102	36.7	278

Fonte: Tanodi (2011).

Percebe-se pelos dados desta tabela que era grande o número de pessoas envolvidas em relações matrimoniais. Jean-Pierre Tardieu, utilizando os inventários do ano de 1767, referentes às propriedades jesuíticas do Rio da Prata, e dentre elas, as de Córdoba,<sup>2</sup> informa que houve inúmeros casos de escravos casados com idades que variavam de 13 anos para cima (TARDIEU, 2012, p. 25).

Pelos dados fornecidos pelos inventariantes das propriedades jesuíticas na América portuguesa e na espanhola, pode-se perceber a enorme presença de pessoas de ambos os sexos, com idades que variavam desde a “de peito” até 10 anos. A escolha deste limite de idade de 10 anos para a identificação da população nascida na escravaria não foi aleatória. Em alguns inventários de Córdoba, os escravos foram agrupados salientando-se este patamar etário. Sabe-se também, a partir das pesquisas de Tardieu, que já foram citadas, que algumas escravas se casavam com a idade de 13 anos e que, a partir dos 10, um escravo já se tornava um trabalhador ativo nas estâncias.

Esta é uma informação importante para o entendimento da composição escrava das propriedades dos jesuítas e de sua importância para as transações com o mercado local e externo. Parece que a reprodução endógena foi, efetivamente, uma opção adotada pelos jesuítas, de forma a estabelecer uma escravaria organizada a partir das famílias formadas por índios, negros e seus descendentes. Este modelo gerou, evidentemente, uma população escrava, em que a maioria era mestiça. Algumas vantagens econômicas decorrentes deste tipo de organização social, além das relativas ao controle sobre esta população, eram

<sup>2</sup> Em diversos momentos, a documentação coletada por Tardieu não parece ser totalmente idêntica a que foi transcrita por Blanka Tanodi, ainda que ambas estejam no Arquivo General de la Nación, em Buenos Aires.

evidentes. Os administradores temporais não necessitavam buscar mão de obra fora de suas próprias fazendas e engenhos e, conseqüentemente, a sua dependência do comércio negreiro africano era relativamente baixa (CAMPOS, 2011, p. 84-96; GRAÇA FILHO, PINTO, MALAQUIAS, 2007; GUZMÁN, 2010, p. 101; PINTO, 2010). Além disto, esta opção pela reprodução endógena favorecia a existência de um grande número de pessoas que, no futuro, abasteceriam a própria propriedade (ASSUNÇÃO, 2004, p. 324-325).

**Tabela 6 - Indivíduos com menos de 10 anos, Córdoba, 1767.**

Propriedade	Menos de 10 anos	%	Mais de 10 anos	%	Total
Colégio	111	34.36	212	65.64	323
Monserrat	46	52.87	41	47.13	87
Candelária	72	39.13	112	60.87	184
San Ignacio	91	42.52	123	57.48	214
Alta Gracia	102	36.69	176	63.31	278

Fonte: Tanodi (2011).

Melean analisou os dados, separando os escravos que tinham menos de 15 anos, do colégio de Córdoba, de San Ignacio, da Candelária, de Alta Gracia e de Santa Catalina. O menor índice encontrado foi o de 42.6%, em Santa Catalina, e o maior foi o de 47% na Candelária (MELEAN, 2012, p. 106).

Sabe-se que as propriedades jesuíticas da América portuguesa e da espanhola mantinham, ainda que adaptadas às realidades locais, as mesmas estruturas de trabalho. Os escravos atuavam em oficinas de carpintaria, ferraria, olaria, tecelagem, padaria, além das atividades ligadas à agricultura, à pesca e caça e a criação de animais de pequeno, médio e grande porte. Esta mão de obra especializada exercia atividades tanto nas fazendas quanto para a sociedade em troca de pagamentos. Os administradores alugavam esta mão de obra, principalmente, aquela ligada à construção civil, por tarefas ou por tempos determinados.

Os escravos que exerciam atividades que requeriam conhecimentos mais específicos eram mais caros e isto ficou evidente no momento em que as fazendas foram inventariadas e sequestradas. Estes escravos quase sempre tiveram seus valores considerados superiores aos dos demais, com exceção, dos que já estavam velhos demais. A fazenda da Papucaia, produtora principalmente de farinha, com vistas ao abastecimento do colégio do Rio de Janeiro, da própria cidade e, também, para a troca por escravos com o colégio de Angola, permite que pensemos em uma possibilidade de arranjos sociais, relacionando o exercício de uma função com o matrimônio e a formação de família. Com exceção de dois escravos, todos os demais que possuíam ofício/ocupação eram ou já haviam sido casados.

Se as fazendas e as estâncias, como se demonstrou, foram fundamentais para a ampliação do patrimônio da Companhia e para a manutenção dos colégios que ela instalou na América portuguesa e na espanhola, alguns deles, como o de Córdoba e o do Rio de Janeiro, foram, além de importantes centros de formação religiosa e intelectual dos quadros da ordem, espaços privilegiados de produção e circulação de conhecimentos, o que pode ser atestado no acervo de obras das bibliotecas e das boticas que eles possuíam.

### *Os colégios jesuíticos como centros de formação intelectual e de irradiação da cultura científica na América*

Sabe-se que as primeiras bibliotecas da América portuguesa pertenceram justamente aos colégios da Companhia de Jesus, que se instalou, primeiramente, na Bahia, a partir da metade do século XVI. Dentre os trabalhos produzidos sobre as bibliotecas que os jesuítas constituíram nas áreas de sua atuação no Império colonial português, destacamos o clássico produzido por Serafim Leite.<sup>3</sup> Segundo este historiador jesuíta, desde cedo, a ordem procurou instalar “livrarias” em todos os seus estabelecimentos, não havendo “aldeia, por mais recuada que fosse na profundidade dos sertões e rios, que não iluminasse ao menos uma estante de livros” (LEITE, 2004, v. 4, p. 113), enquanto que nos colégios, as farmácias – ou boticas – contavam com os mais variados tomos de medicina e farmácia em seus acervos.

Ressaltando o papel desempenhado pelos colégios jesuíticos, Leite informa que os colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, além de terem as boticas mais bem providas de medicamentos, eram também os responsáveis pela sua distribuição – através de remessas a outros colégios jesuíticos ou, então, da venda – para outras regiões do Império português. As rendas obtidas, segundo o historiador jesuíta, eram aplicadas na “compra de novos medicamentos”<sup>4</sup> e “em livros para a biblioteca do colégio sem que o Reitor possa dar outra aplicação” (LEITE, 1953, p. 75).

Dentre os colégios que a Companhia de Jesus mantinha no Brasil, o do Rio de Janeiro era um dos principais, sendo que o acervo de sua livraria era composto por milhares de obras,

<sup>3</sup> As informações que temos sobre as bibliotecas jesuíticas no Brasil foram, até hoje, obtidas somente por meio de documentação secundária, como as cartas e notícias citadas nos trabalhos de Serafim Leite, ou os inventários e autos de sequestro de bens produzidos nos contextos da expulsão da Companhia de Jesus dos domínios ibéricos. A análise dos inventários – o de 1759 e o de 1768 – revela que os acervos das bibliotecas dos colégios que a Companhia de Jesus mantinha no Brasil Colônia eram livrarias “especializadas”, que estavam voltadas às necessidades missionárias e, acima de tudo, às disciplinas que ministravam, com destaque para humanidades, matemática, filosofia e teologia, além de direito civil e história (SILVA, 2008, p. 219-317; MORAES, 2006).

<sup>4</sup> Em “Artes e ofícios da Companhia de Jesus no Brasil”, o historiador jesuíta Serafim Leite aponta a importância das boticas jesuíticas na colônia afirmando que “A necessidade local obrigou, pois os jesuítas a terem abundante provisão de medicamentos; e também logo a procurarem os que a terra podia dar, com as suas plantas medicinais, que começaram a estudar e utilizar em receitas próprias” (LEITE, 1953, p. 86).



tanto de ciências sacras, quanto profanas, dentre as quais se encontravam obras de Aristóteles, Platão, Plínio, Virgílio e os famosos “Conimbricenses”, além de Newton e Boschovich. Após a expulsão da ordem, este valioso acervo mereceu diferentes destinos. Uma parte foi relacionada entre os bens dos jesuítas que deveriam ser leiloados e outra foi enviada para Lisboa ou doada a prelados diocesanos – que qualificaram o acervo das bibliotecas dos seus seminários – e a particulares. Infelizmente, uma grande parte das obras foi simplesmente abandonada e, devido às péssimas condições de conservação a que ficaram sujeitas, foi parcial ou totalmente destruída pela ação das intempéries e dos insetos, como se pode constatar no *Auto de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados* realizado em 1775.<sup>5</sup>

Em se tratando da situação da Córdoba siescentista, sabe-se que nos anos que se seguiram a sua fundação “casi podemos asegurar [...] que no había libros en la incipiente ciudad y que sí los había eran muy pocos”, quadro que se alterou significativamente com a chegada dos jesuítas que – assim como constatado por Serafim Leite para a América portuguesa – “seguramente, al abrir sus maletas, debieron desempolvar algunos libros traídos de sus lejanos lugares” (PAGE, 2000, p. 19). Nos anos seguintes, a introdução de livros se daria através das viagens realizadas pelos Procuradores da Companhia de Jesus à Europa, que, além de visar ao recrutamento de noviços e sacerdotes para a atividade de missão, previam a aquisição de ferramentas e de livros “para la venta [a los estudiantes] y para dotar a los colegios de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba [...] manera importantísima de promover los estúdios”, dentre os quais se encontravam “varias obras clásicas como los textos de Suárez, Nieremberg, Bonancina, Baeza, Guerrero y Rivadeneira” (PAGE, 2000, p. 20).

Na segunda metade do século XVII, a falta de livros – preocupação constantemente referida pelos jesuítas em suas correspondências – foi, em parte, contornada com remessas de livros autorizadas pelo Rei da Espanha e por doações feitas por particulares. Assim, obras de todo gênero – dicionários, tratados de agricultura, medicina, botânica, legislação, matemática, história e geografia, pintura e arquitetura, além de livros de moral, filosofia, liturgia e teologia – foram, paulatinamente, qualificando as bibliotecas das reduções, das fazendas e, especialmente, dos colégios da Companhia de Jesus instalados na Província Jesuítica do Paraguai.

---

<sup>5</sup> Em 22 de julho de 1775, após 16 anos do decreto que resultou na expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa, reuniu-se, no Colégio do Rio de Janeiro, uma comissão encarregada de fazer uma avaliação do acervo de sua biblioteca. Segundo Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, devido ao mau estado de conservação do acervo, o vice-rei Marquês do Lavradio determinou que os mesmos fossem reunidos em três lotes. Os de doutrina e disciplina deveriam ser entregues ao bispo do Rio de Janeiro; os que estavam no Index, proibidos, deveriam ser enviados para o Juízo da Inconfidência, em Lisboa; e o restante deveria ser distribuído pelas casas de alguns ministros e letrados que tivessem a cultura suficiente para tomar conta deles e aproveitá-los. A comissão também discriminou cada volume, anotando ao lado, em réis, o seu valor. Ao final do levantamento, restaram 734 livros, de vários autores e sobre várias matérias, que por se encontrarem em avançado estado de deterioração não puderam ser avaliados. Por fim, o inventário avaliava 4.001 volumes, cujo valor chegava a quantia de 1.125\$590 réis (RODRIGUES, 2011, v. 7, p. 275-302).

Como bem observado por Esteban Llamosas, a biblioteca cordobesa da Companhia de Jesus, “formada por las obras presentes en el Colegio Máximo, el Noviciado, y las existentes en los anaqueles de las estancias de campo” era o fundo bibliográfico mais rico e numeroso na Argentina do século XVIII, “y terminó fragmentada, objeto de traslados, rapiñas y pagos por trabajos de inventario,” quando da expulsão da Companhia de Jesus em 1767 (LLAMOSAS, 2000, p. 45). Em relação ao acervo da biblioteca do Colégio de Córdoba, sabe-se que ele contava com obras como *Tesoro de Medicina*, de Egidio de Villalón; *Cirurgía Universal*, de Calvo; *El Tratado de todas las enfermedades*, de Francisco Diaz; *Tratado de Medicina*, de Juan Amato e *Los Principios de Cirugía*, de Ayala, enquanto que a do Colégio de Mendoza possuía um exemplar do *Tratado de Cirugía*, de Juan Tabault, e uma edição de 1750 de *Obras médico-quirúrgicas*, de Fouquet (FURLONG, 1944, p. 50-57, p.110-118). De acordo com Carlos Page, o *Index Librorum* de 1757, do Colégio Máximo do Paraguai revela que sua biblioteca contava com obras como *Arte de Botica* de Alphonsus Fubera, *Tratado de Botica*, de Luis de Oviedo, *De Re Medica*, de Pachus Aigiteta, *Opera Medica*, de Donato Antonio Altomare, *Fructus Medicina e Tractatus Medicina*, de Joannes Amatus, *Thesaurus Medico*, de Adrianus Amynsicht e *Scientia media defensata*, do jesuíta Francisco Annatus (PAGE, FLACHS, 2010, p. 129).

Em muitos dos colégios jesuíticos instalados na América portuguesa e espanhola, encontraremos – como proposto pelo historiador equatoriano Cañizares Esguerra –, padres e irmãos que, apesar de habitarem regiões marginais no cenário intelectual do período – isto é, áreas tidas apenas como receptoras de conhecimentos produzidos em outras partes do mundo –, foram decisivos tanto na difusão, quanto na produção de determinados conhecimentos (CAÑIZARES ESGUERRA, 2007; FLECK, 2013, p. 141-167).

De acordo com o historiador e filósofo da ciência argentino Miguel de Asúa, os jesuítas conseguiram realizar uma harmoniosa síntese entre ciência e religião, dedicando-se também à astronomia, à cartografia, à botânica médica, à física experimental e à história natural, produzindo “uma ciência basicamente barroca com relações tardias com a ciência ilustrada do século XVIII, que esteve a serviço do projeto religioso da Companhia de Jesus” (ASÚA, 2010, p. 472). A notável influência que jesuítas, sobretudo, de italianos e alemães – com boa formação científica – exerceram em diversas regiões da América, lançando as bases dos conhecimentos científicos sobre Geografia, Etnologia e Ciências Naturais, pode ser constatada nas bibliotecas que formaram.

A Europa setecentista assistiu a ampliação da impressão de livros especializados em Botânica, Química, Farmácia e Medicina, o que favoreceu a difusão e a modernização dos conhecimentos científicos, além da melhor formação dos “hombres de ciencia”. Apesar de não serem “especialistas en la ciencia de Galeno y en Farmacopea”, os jesuítas – dada a sua atuação como médicos e boticários – seguramente procuraram suprir a falta de conhecimentos importando livros editados na Europa, incorporando-os as suas bibliotecas,

como atestam as correspondências trocadas entre os missionários e os inventários dos bens da Companhia de Jesus na América após sua expulsão.

Os colégios da Companhia de Jesus também “mantenían sus propias farmacias tanto para abastecer la orden con medicina como para el servicio de la población local [que] cooperaban entre ellas y formaban una red farmacéutica por todo el mundo mediante la farmacia del Colegio Romano” (MEIER, 2011). Algumas boticas – como a do Colégio São Paulo, de Lima – transformaram-se, com o passar do tempo, em centro de referência, enviando medicamentos – como o bezoar peruano, a ambrosia mexicana e a quina – para estabelecimentos da Companhia de Jesus no Chile, Paraguai, Argentina, Equador, Panamá e no Velho Mundo, atestando a intensa circulação de saberes, medicamentos e práticas curativas (FLECK, 2012, p. 17-30). Muitos destes conhecimentos – sobretudo, aqueles relativos a receitas de medicamentos e a práticas terapêuticas – foram também compartilhados através da escrita epistolar ou das cópias de matérias médicas e receituários<sup>6</sup> que fizeram circular entre as reduções, as estâncias e os colégios das Províncias Jesuíticas na América e aqueles instalados na Europa e no Oriente (ANAGNOSTOU, 2011).

Já a existência de boticas nas fazendas – ou estâncias – mantidas pela Companhia de Jesus, tanto na América espanhola, quanto na portuguesa, pode ser comprovada nos inventários que delas foram feitos após a expulsão da Ordem dos domínios coloniais ibéricos, e nos quais se encontram relacionados não apenas remédios, mas também instrumentos cirúrgicos, livros – impressos e manuscritos – e receituários. Instaladas em algumas das regiões de atuação da Companhia, estas fazendas encontravam-se vinculadas diretamente aos colégios, sendo percebidas como “centros de coesão e de produção e mesmo de prosperidade, [pois, sem eles] não haveria civilização nem apoio da catequese”. Nestas fazendas, os missionários jesuítas também se dedicaram às artes de curar, realizando experimentos com plantas medicinais e com procedimentos terapêuticos para diversas doenças, coletando informações, sistematizando-as e fazendo-as circular entre as aldeias, as reduções, os colégios e as demais fazendas jesuíticas espalhadas pelos domínios coloniais ibéricos.

Nelas, encontramos boticas abastecidas com unguentos, óleos, purgas e vomitórios originários de regiões dos Impérios e da Europa, ingredientes que eram empregados em receitas indicadas para um grande número de doenças, apontando para a circulação – ou comércio – de medicamentos e plantas medicinais, numa troca de experiências que

---

<sup>6</sup> De acordo com Sabine Anagnostou e Fabian Fechner, “La provisión médico-farmacéutica en las misiones iberoamericanas fue deficiente, porque los hospitales se hallaron únicamente en los centros urbanos, y casi no hubo médicos profesionales y boticarios en las tierras aisladas y distanciadas de las grandes ciudades. Por eso, realizando la virtud cristiana de la caritas, muchos religiosos no solamente prestaron ayuda al alma sino también al cuerpo de los enfermos al tratarlos con medicinas que conocieron de la tradición europea y que estuvieron a su alcance. Debido a la complicación y el costo de la compra de estas medicinas [...] los jesuítas investigaron la flora autóctona y aprovecharon sus virtudes medicinales recurriendo a sus propios estudios o las informaciones provistas por los indígenas” (ANAGNOSTOU, FECHNER, 2011, p.183).

ultrapassava aquela que era feita, exclusivamente, por intermédio da rede epistolar mantida entre membros da Ordem jesuíta (GESTEIRA, TEIXEIRA, 2009, p. 117-144). Considerando, especificamente, a Fazenda de Santa Cruz, administrada pelo Colégio do Rio de Janeiro, os inventários de seus bens – realizados por ordem régia, após o decreto de expulsão dos jesuítas da América portuguesa – confirmam não só a existência de uma botica<sup>7</sup> e de um hospital, no qual escravos atuavam como aprendizes de cirurgia, enfermeiros e barbeiros, como também o acesso que seus administradores tinham a obras de medicina e a ingredientes e medicamentos procedentes dos vários continentes em que a Ordem atuava<sup>8</sup>.

Também os Colégios de Pernambuco, Maranhão, Pará e de São Paulo contavam com boticas, que, além de manipularem e fornecerem medicamentos aos doentes<sup>9</sup> – em sua maioria, provenientes do Colégio de Santo Antão, de Lisboa – realizavam procedimentos tais como sangrias, extração de dentes e curativos, com base nos pressupostos da medicina hipocrático-galênica. O segundo inventário do Colégio do Pará, datado de 1760, informa que sua botica possuía, além de 20 tomos de medicina, recipientes diversos, estantes com mais de 400 remédios, fornalhas, alambiques, almofarizes de mármore, ferro e marfim, armários, frascos e potes de várias cores e tamanhos, balanças, pesos, medidas, tachos de cobre, de barro, bacias, prensas, tenazes, enfim, todo um aparato técnico para a confecção dos medicamentos<sup>10</sup>.

Mais do que nos fornecer informações sobre a quantidade de unguentos, óleos, purgas e vomitórios, dos instrumentos cirúrgicos, de livros – impressos e manuscritos – e de

---

<sup>7</sup> As boticas dos colégios jesuítas eram, geralmente, constituídas por uma sala e por uma oficina, além de uma espécie de loja, através da qual disponibilizavam medicamentos ao público. Os recursos oriundos destas vendas eram reinvestidos na própria botica e na aquisição de novos medicamentos e livros para sua biblioteca. Em muitas cidades e vilas, estas boticas eram as únicas disponíveis e, em regiões onde existiam outras farmácias, elas as abasteciam, como foi o caso da botica do Colégio do Rio de Janeiro, que, em 1706, era dirigida por um irmão, que possuía grandes conhecimentos e elaborou inúmeras receitas (SANTOS FILHO, 1991, p. 127).

<sup>8</sup> Dentre os medicamentos e ingredientes relacionados nos inventários dos bens da Fazenda de Santa Cruz, administrada pelo Colégio jesuítico do Rio de Janeiro, encontravam-se vomitórios de quintílio e de tártaro; purgas de jalapas, de resina e de rum; óleo de copaíba, de rosas e de amêndoas; salsaparrilha; basilicão; latas de triaga brasílica e de trementina; unguentos; azeites e pós que eram empregados como anti-helmínticos. Estas listagens parecem confirmar que tanto na América espanhola, quanto na portuguesa, os jesuítas que se dedicavam às artes de curar, não apenas contavam com boticas bem abastecidas para o atendimento de doentes, como apontam para a utilização e a circulação de plantas medicinais e de produtos originários da Europa, da Ásia, da África e da América.

<sup>9</sup> Sabe-se que o Colégio do Maranhão, através de sua "Botica do Mar", abastecia o litoral em direção ao norte, chegando até o Pará, o que confirma que os jesuítas também possuíam embarcações que transportavam remédios ao longo da costa (LEITE, 1956, p. 14). A prática de envio de navios com alimentos e medicamentos para socorro de vilas e aldeias também pode ser constatada na Carta do Governador e capitão-geral do Estado do Maranhão ao Rei D. João V, em 2 de setembro de 1725, na qual ele informa: "desejei socorre-los [...] as câmaras de Pernambuco me escreverão pedindo-me remédio, e mandando os ditos dois navios os quais carregarão [...]" (CARTA DO GOVERNADOR, 1725).

<sup>10</sup> De acordo com Serafim Leite, a botica do Colégio do Pará deve ser considerada modesta, na comparação com as que os Colégios da Bahia e do Rio de Janeiro mantinham (LEITE, 1956, p. 190).

receituários, os inventários das boticas instaladas nos colégios, nas reduções e nas estâncias mantidas pela Companhia de Jesus – tanto na América espanhola, quanto na portuguesa – confirmam, conforme já apontado anteriormente, a circulação, tanto de medicamentos e plantas medicinais, quanto de saberes e práticas científicas, evidenciando uma troca de experiências que ultrapassava aquela que era feita, exclusivamente, por intermédio da rede epistolar mantida entre membros da ordem jesuíta e que versava sobre a conversão dos indígenas. Foi o que constatamos ao analisarmos mais detidamente o inventário do Colégio de Córdoba, de 1772.

A decisão de expulsar a Companhia de Jesus se inseria em um contexto mais amplo de reformas que viriam a ser realizadas tanto no império português, quanto no espanhol, e que visavam aumentar o controle do poder real sobre os domínios ultramarinos, tendo por base um conjunto de ideias pautadas na Ilustração. Em ambos os reinos, governados por déspotas esclarecidos – d. José I, em Portugal, e Carlos III, na Espanha, – objetivava-se redimensionar o papel do aparelho eclesiástico, subordinando-o ao Estado.

Em *Córdoba del Tucumán*, a execução da ordem real foi cumprida em 12 de julho de 1767, pelo *Sargento Mayor* do Batalhão de Voluntários da Infantaria espanhola de Buenos Aires, Fernando Fabro, que foi designado *Teniente de Rey* junto ao *Auditor de Guerra* Don Antonio Aldao. Dois dias depois foi autorizada a taxação dos bens das propriedades urbanas e das estâncias dos jesuítas em Córdoba, e os 130 religiosos – padres, irmãos e noviços –, foram acomodados em 38 carretas e enviados para Buenos Aires na noite de 22 de julho. Em fevereiro de 1768 teve início o inventariamento da botica do Colégio de Córdoba, que, numa primeira etapa, se estendeu até maio de 1768, sendo retomado novamente em outubro de 1771, e concluído em março de 1772.

Os inventários de 1768 e 1772 deixam claro que a botica do Colégio de Córdoba estava abastecida de quantidades e qualidades diversas de medicamentos, tendo em vista o atendimento que prestava aos membros da ordem e às pessoas que recorriam a ela, em busca do alívio dos sintomas ou da cura das doenças. Esta especial condição da botica fica evidenciada na Carta Ânua de 1653, que nos informa que durante uma epidemia: “El Colegio cordobés ofreció a los necesitados todo lo relativo a las provisiones, un boticário de los nuestros apenas encontraba un tiempo breve de descanso” (PAGE, 2004, p. 180). Apesar de os inventários da botica do Colégio de Córdoba – por sua própria finalidade – se deterem na quantificação dos bens e na estimação de valores, eles nos oferecem uma série de elementos que permitem não somente a reconstituição das condições de saúde da população da América platina no século XVIII e da atuação dos membros da Companhia de Jesus como médicos, boticários, enfermeiros e cirurgiões, mas também da circulação, apropriação e produção de conhecimentos de Medicina e de Farmácia, como evidenciado nos livros, instrumentos e medicamentos neles arrolados.

## *Considerações finais*

Neste estudo, reconstituímos, inicialmente, as origens e as funções desempenhadas por dois colégios da Companhia de Jesus na América – o do Rio de Janeiro e o de Córdoba –, destacando, especialmente, sua importância enquanto centros de formação e de dispersão do projeto missionário – o que pode ser constatado nas missões volantes que deles partiam e na instalação de reduções – e, também, de difusão e produção de conhecimentos, como evidenciam os acervos de suas bibliotecas e boticas (FLECK, 2013, p. 79-106).

A despeito de estes colégios terem sido instalados em regiões sob a administração de soberanos rivais e em conjunturas bastante distintas – separadas por mais de cinquenta anos –, as motivações para sua criação foram semelhantes, assim como também as funções que lhes foram atribuídas e que vieram a desempenhar. Bastante diversa, no entanto, foi a trajetória do Colégio Máximo de Córdoba que, já em 1622, passou a chamar-se Universidade de Córdoba, por decisão do Rei da Espanha e do Papa Gregório XV. Vale lembrar que à Companhia de Jesus foram, desde o início, concedidas autorizações – pelo Papa Julio III e renovadas pelos Papas Pio IV e Gregório XIII – para ensinar e para conferir graus acadêmicos aos estudantes, quando as universidades públicas se recusassem a fazê-lo. Em 1621, a Companhia de Jesus obteve autorização – mediante breve do Papa Gregório XV – para que os estudantes formados pelos colégios da Companhia de Jesus nas regiões das Índias onde não houvessem universidades, fossem graduados em “bachilleres, licenciados, maestros y doctores por los prelados o los cabildos”, o que fez com que “tan doctor em Teologia o em Artes era el egresado de la Universidad de Córdoba, como el regresado de la de Lima, o de la Sorbona de París” (GRACIA, 2006, p. 324-325).

Na América portuguesa, nem o Colégio de São Paulo, nem o da Bahia ou o do Rio de Janeiro adquiriram esta condição desfrutada pelo Colégio Máximo de Córdoba ainda no século XVII. As primeiras escolas de ensino superior criadas nos domínios americanos de Portugal tiveram que aguardar pela vinda da Corte portuguesa em 1808, e as primeiras universidades, pela chegada do século XX. Os estudantes luso-brasileiros continuaram, até o início dos Oitocentos, tendo que cruzar o Atlântico para concluir sua formação nas universidades da França, da Inglaterra ou de Portugal.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> A primeira universidade nas Américas foi fundada na Ilha de São Domingos (1538) e a segunda surgiu no México no início dos anos 1550. Vieram depois as de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile) e de Córdoba. Na época da Independência do Brasil, havia 26 universidades na América Espanhola. Em relação à tardia fundação da primeira universidade brasileira, “é possível que boa parte dessa polêmica esteja presa a mera questão de nome: não seriam muitas das universidades hispano-americanas equivalentes aos colégios jesuítas da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Olinda, do Maranhão, do Pará? Equivalentes aos seminários de Mariana e Olinda que nunca foram *chamados* de universidade? Uma pesquisa dos currículos, do porte, dos destinatários das universidades da América espanhola poderia arrefecer boa parte do lamento da universidade tardia no Brasil” Além disso, “A Espanha tinha, no século

Se, em relação a este aspecto, existem significativas diferenças entre o Colégio do Rio de Janeiro e o de Córdoba, a expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa, em 1759, e da América hispânica, em 1767, parece ter causado impactos semelhantes sobre seus membros e sobre suas propriedades, incluídas as fazendas, boticas e bibliotecas afetadas aos colégios que a ordem instalou nas mais diferentes regiões sul-americanas, como comprovam os inventários dos bens da Companhia.

### *Fontes Documental*

Carta do governador e capitão-geral do Estado do Maranhão ao Rei D. João V, em 2 de setembro de 1725. Pará. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx 9, doc. 757.

Catálogos breves e trienais – 1737-1757- Arquivo Jesuítico – Roma – (ARSI), Br. 6/II.

Autos de inventários da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho; de São Cristóvão; da Fazenda de Santa Cruz. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas. 1759-1760

Autos de inventários da fazenda de São Cristóvão de 1759; Auto de sequestro na Fazenda de São Cristóvão e terras dela pertencentes em 1759. Arquivo do Ministério da Fazenda.

*Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968. Biblioteca Nacional.

Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares, São Paulo: Loyola, 1997.

### *Bibliografia*

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro: 1502-1700*. Rio de Janeiro: A. Jakobsson, 2010. v. 1.

ALBORES, Oscar; MAYO, Carlos; SWEENEY, Judith L. Esclavos y conchabados en la estancia de Santa Catalina, Córdoba (1764-1771): notas para su estudio. In: MAYO, Carlos A. *La historia agrária del interior: haciendas jesuíticas de Córdoba y el noroeste*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1994.

---

XVI, oito universidades, famosas em toda a Europa, sendo a Universidade de Salamanca de grande porte para a época, com 6 mil alunos e 60 cátedras. Portugal dispunha de apenas uma universidade, a de Coimbra, mais tarde a de Évora, esta de pequeno porte. A população espanhola chegava a 9 milhões, enquanto que a portuguesa atingia 1,5 milhão de habitantes. [...] enquanto a Espanha podia transferir recursos docentes para as colônias sem, com isso, prejudicar o ensino nas suas universidades, o mesmo não acontecia com Portugal” (CUNHA, 1986, p. 13-14).

ALDEN, Dauril. *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond 1540-1750*. California: Stanford University Press, 1996.

AMANTINO, Marcia. Os jesuítas e seus escravos na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII. In: FERNANDES, Eunícia. *A companhia de Jesus na América*. Rio de Janeiro: Ed. da PUC, 2013. Contra capa.

AMANTINO, Marcia; COUTO, Ronaldo. De “curral dos padres” à gigantesca fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos; AMANTINO, Marcia. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

ANAGNOSTOU, Sabine. *Missionspharmazie: konzepte, praxis, organization wissenschaftliche ausstrahlung*. Stuttgart: F. S. Verlag, 2011.

ANAGNOSTOU, Sabine; FECHNER, Fabian. Historia natural y farmácia misionera entre los Jesuítas en el Paraguay. In: WILDE, Guillermo (Ed.) *Saberes de la conversión: Jesuítas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristandad*. Buenos Aires: Ed. SB, 2011.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

ASUA, Miguel de. *La ciencia de mayo. La cultura científica en el Río de la Plata, 1800-1820*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1968.

BURRIEZA SANCHEZ, Javier. *Jesuítas em Índias: entre la utopia y el conflicto, trabalhos y misiones de la Compañía de Jesús em la América Moderna*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do espírito santo no oitocentos. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 84-96, jul.-dez. 2011.

CAÑIZARES ESGUERRA, Jorge. *Como escribir la historia del nuevo mundo: historiografías, epistemologías e identidades en el mundo del Atlántico del siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas palavras: inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

COSTA, Célio Juvenal. A racionalidade jesuítica na educação dos índios brasileiros (século 16). *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 78, p. 93-107, dez. 2007.

COUTO, Jorge. *O Colégio Jesuítico do Recife e o destino de seu patrimônio: (1759-1777)*. 1990. Tese (Mestrado em História Moderna de Portugal) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990.



CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

ENGEMANN, Carlos; AMANTINO, Marcia. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

FERNANDEZ, Ángela. *La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, Córdoba (1767-1771)*. Belo Horizonte: ABEP, 1989.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Para combatir epidemias e socorrer a los apestados: intervenção divina e experimentalismos nas terras de missão da Companhia de Jesus (América meridional, séculos XVII e XVIII). In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. (Org.). *A Companhia de Jesus na América*. Rio de Janeiro: Ed. da PUC, 2013. Contra Capa.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Sobre el Colegio jesuita de Río y “la Atenas de nuestros escolares”: estudio comparativo entre los Colegios de Río de Janeiro y de Córdoba (Siglos XVII y XVIII). In: SERVETTO, Alicia; SAUR, Daniel (Comp.). *La Universidad de Córdoba: cuatrocientos años de historia*. Córdoba: Ed. de la Universidad Nacional de Córdoba, 2013. t. 1.

\_\_\_\_\_. Sobre licores e xaropes: práticas curativas e experimentalismos jesuíticos nas reduções da província Jesuítica do Paraguai (séculos XVII e XVIII). In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloísa. (Org.). *Ensaio de história das ciências: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. v. 1.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Os colégios jesuíticos no Brasil: educação e civilização na Colônia (1549-1759). *Brotéria*, Lisboa, n. 55, p. 69-91, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua acção missionária no sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial: a era jesuítica*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1985. v. 1.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

FURLONG, Guillermo. *Bibliotecas argentinas durante la dominación hispánica*. Buenos Aires: Huarpes, 1944.

\_\_\_\_\_. *Médicos argentinos durante la dominación hispánica*. Buenos Aires: Huarpes, 1947.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Economía, sociedad y regiones*. Buenos Aires: Ed. de la Flor, 1987.

GESTEIRA, Heloísa Meireles; TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. As fazendas jesuíticas em Campos dos Goitacazes: práticas médicas e circulação de ideias no império português (séculos XVI ao XVIII). *Clio*, Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n. 27-2, p. 117-144, 2009.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, PINTO, Carlos Fabio Vieira, MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamentos: o

caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 184-207, jan./jun. 2007.

GRACIA, Joaquin. *Los jesuitas en Córdoba: desde la colonia hasta la Segunda Guerra Mundial*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2006. t. 1.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, v. 2, jan./jun. 2001.

GUZMÁN, Florencia. *Los claroscuros del mestizaje: negros, índios y castas em la catamarca colonial*. Córdoba: Encuentro Grupo, 2010.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuitas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Brotéria, 1953.

\_\_\_\_\_. *História da companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004. 9 v.

LEITE, Serafim. (Org.). *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: Patribus Eiusdem Societatis, 1960. (Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 87).

LLAMOSAS, Esteban F. La presencia del derecho común en la biblioteca antigua de la compañía de Jesus de Córdoba del Tucumán” In: PAGE, Carlos. (Ed.). *La biblioteca jesuítica de la Universidad Nacional de Córdoba*. Córdoba: Eudecor, 2000.

LONDONO, Fernando T. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

MARTINS, Maria Cristina Bohn; ANZAI, Leny Caselli. *Pescadores de almas: jesuítas no Ocidente e Oriente*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MEIER, Johannes. “Totus mundus nostra fit habitation”. Jesuítas del território de lengua alemana en la América portuguesa y española. Disponible en: <[http://www.bn.gov.ar/descargas/pnbc/studios/pnbc\\_estudio8\\_jesuítasalemanes.pdf](http://www.bn.gov.ar/descargas/pnbc/studios/pnbc_estudio8_jesuítasalemanes.pdf)>. Acceso em: 8 fev. 2011.

MELEAN, Jorge Troisi. *El oro de los jesuítas: la Compañía de Jesús y sus esclavos en la Argentina Colonial*. Saarbrucken: Académica Espanhola, 2012.

MORAES, Rubens Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PAGE, Carlos A. *El Colegio Máximo de Córdoba (Argentina) según las cartas anuas de la Compañía de Jesús 1609- 1767*. Córdoba, 2004. Documentos para la Historia de la Compañía de Jesús en Córdoba. T. 1.

PAGE, Carlos. La librería jesuítica: história del expolio de un emblemático patrimônio cultural de Córdoba. In: PAGE, Carlos. (Ed.). *La Biblioteca Jesuítica de la Universidad Nacional de Córdoba*. Córdoba: Eudecor, 2000.

PAGE, Carlos; FLACHS, Maria Cristina Vera de. Textos Clásicos de medicina en la botica jesuítica del Paraguay. *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*, Madrid, v. 1, n. 13, p. 117-135, 2010.

PEÑA, Gabriela Alejandra. *La evangelización de indios, negros y gente de castas em Córdoba Del Tucumán durante la dominación española, 1573-1810*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 1997.

PIANNA, Josefina. *Las rutas de las técnicas y de los hombres: la Compañía de Jesús en la jurisdicción de Córdoba, siglos XVI al XVIII*. Córdoba: Instituto Goethe, 2010.

PICATOSTE, Felipe. *Diccionario popular de la lengua castellana*. Madrid: G. Estrada Dr. Fourquet, 1887.

PINTO, Carlos Fabio Vieira. *Família escrava em São João Del Rei: aspectos demográficos e identitários, 1830-1850*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del Rei, 2010.

RODRIGUES, Luiz Fernando M.. As “livrarias” dos jesuítas no Brasil colonial segundo documentos do Archivum Romano Societatis Iesu. In: PICH, Roberto Hofmeister; PULIDO, Manuel Lázaro; CULLETON, Alfredo Santiago. (Org.). *Ideas sin fronteras en los limites de las ideas: Scholastica. Colonialis, status quaestionis*. Cárceres: Instituto Teológico San Pedro de Alcántara (UPSA), 2011. v. 7, p. 275-302.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Estruturas eclesiásticas e acção religiosa. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Ed.). *A expansão marítima portuguesa: 1400-1800*. Lisboa: Ed. 70, 2010.

SANTOS FILHO, Licurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1991.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

TANODI, Branka. (Org.). *Temporalidades: Colégio Máximo de Córdoba, estâncias jesuíticas, inventário 1771: secuestro de los bienes*. Córdoba: Encuentro Grupo, 2011.

TARDIEU, Jean-Pierre. *Los esclavos de los Jesuítas del Río de la Plata (Paraguay), 1767: história de una dramática regresión*. Saarbrücken: Académica Espanhola, 2012.